



**Desafio das Políticas para a
Juventude: Universalização da
Educação de Qualidade**
(Educação, Trabalho e Tecnologia)



Fortaleza - Ceará
2007

Copyright - © 2007 by INESP

Coordenação Editorial: Antônio Nóbrega Filho

Diagramação e capa: Mário Giffoni

Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP

Coordenação da Pesquisa e Produção Textual: Mônica Mota Tassigny,
Suzete Nocrato e Tereza Barros

Revisão: Tereza Porto

Equipe de Pesquisa do INESP:

Artur Emílio

Dennis de Oliveira Santos

Eduardo Guerra

Emmanuel Valverde

Larissa Marinho

Manuelina Gonçalves

Sarah Lylia

Ticiane Andreia Pinheiro Pontes

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira 2807, Dionísio Torres,

Fone: 3277-3701 - fax (0xx85) 3277-3707

CEP - 60.170-900 / Fortaleza-Ceará Brasil

al.ce.gov.br/inesp - inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

Assegurar a efetivação dos direitos sociais para todos os jovens cearenses constitui uma das tarefas fundamentais do Parlamento Estadual.

O jovem deve ser prioridade absoluta das políticas públicas. Nesse particular, a universalização de uma Educação Básica de qualidade deverá ser fim e resultado da conjugação de esforços de diversos segmentos da sociedade.

O acesso à educação é, assim, via importantíssima para o desenvolvimento econômico, condição para o exercício da cidadania e pressuposto da inclusão social.

Deputado Domingos Filho

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO.....	7
1. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E INCORPORAÇÃO DE NOVAS EXPERIÊNCIAS SÓCIO- EDUCATIVAS: PARA UMA POLÍTICA SETORIALIZADA DE EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE	9
1.1- Eixos e Pilares Norteadores da Educação de Jovens	10
2. PROBLEMAS DE JOVENS BRASILEIROS: EDUCAÇÃO E POBREZA.....	14
3. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS DOS JOVENS BRASILEIROS	17
3.1 Educação, Ciência e Tecnologia: Prioridade Estadual das Políticas para Jovens.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO JOVEM CIDADÃO: PRESSUPOSTO DA INCLUSÃO SOCIAL.....	21
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	23
ANEXO	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO	214

DESAFIO DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE: UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (EDUCAÇÃO, TRABALHO E TECNOLOGIA)

RESUMO

Este texto fundamenta a importância que passou a ter a educação no mundo contemporâneo para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social. Neste particular, a universalização da Educação Básica de qualidade deve ser fim último das políticas públicas para a juventude. O princípio da integração deverá ser o norte da oferta de educação de qualidade para os jovens de forma que contemple uma sólida formação geral e a preparação para o mundo do trabalho e para o acesso às tecnologias. Essa perspectiva remete à necessidade de conjugação de esforços entre várias esferas do Poder Público e da sociedade, para a garantia de acesso de todos os jovens cearenses ao trabalho e à educação. Esses direitos, à educação e ao trabalho, constituem os fundamentos da inclusão, legitimados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e referendados na Constituição Federal. Nessa direção, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) agrega medidas para universalizar e fortalecer, principalmente, a Educação Básica, atuando em pontos-chaves para elevação da qualidade da educação, assegurando a preparação para o trabalho. No Ceará, a política para a efetivação de uma Educação Básica de qualidade faz parte das diretrizes prioritárias do governo estadual. O acesso universal à escola, portanto, constitui decisão política do atual governo e é vista como questão que deve envolver vários setores da administração pública.

INTRODUÇÃO

A presente cartilha procura situar a universalização da Educação Básica para todos como condição ao exercício da cidadania plena, portanto, prioridade e fim último das políticas públicas para a juventude.

Diante da conjuntura da sociedade tecnológica, da questão do acesso ao conhecimento, do processo de globalização da economia e das mudanças aceleradas no mundo do trabalho, há que se refletir sobre como se alargar os horizontes inclusivos para os jovens cearenses.

A luta pela ampliação de processos formativos, assim, deve constituir objetivo máximo do Poder Público e da sociedade como pressuposto da inclusão social.

Nesse novo cenário, a responsabilidade pela educação amplia-se: é questão que deve ser pauta de vários segmentos: dos poderes executivo (várias secretarias), legislativo (estadual e municipal). Há que se trabalhar também em parceria com a sociedade no propósito de alargar espaços e tempos de acesso à educação.

Contudo, faz-se necessária a compreensão de que uma tarefa dessa proporção não será das mais fáceis. Exigem-se, sobretudo, esforços concentrados das esferas de poder federal, estadual e municipal para a legitimação de oferta de educação de qualidade, contemplando novas modalidades e novas práticas de gestões educacionais capazes de promoção do desenvolvimento econômico do estado, pela inclusão social de jovens na escola.

Entre os múltiplos desafios de uma política para a juventude está o de ofertar aos jovens uma educação capaz de formar para o mundo do trabalho. Saber-ser, saber-fazer e aprender a aprender são diferentes e complementares processos sócio-educativos exigidos na atualidade que têm como pressuposto a inclusão de jovens ao direito de acesso universal à Educação Básica de qualidade, a preparação para o mundo do trabalho e a capacitação tecnológica.



1. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E INCORPORAÇÃO DE NOVAS EXPERIÊNCIAS SÓCIO-EDUCATIVAS: PARA UMA POLÍTICA SETORIALIZADA DE EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE

As atuais demandas da globalização, da tecnologia, do trabalho e da educação obrigam ao repensar coletivo por parte de governantes e de educadores, sobre as atuais perspectivas de formação de jovens trabalhadores.

De um lado, as pressões de mercado exigem novas competências como condição de acesso a uma vaga no mercado de trabalho, as quais são estratégicas para o desenvolvimento sócio-econômico do estado.

Do mesmo modo, a necessidade de diminuição das desigualdades regionais, a demanda de capacitação e de educação tecnológica da população, a exigência de elevação do nível de escolaridade como fim último das políticas de inclusão social. Não há dúvidas: estamos à frente de desafios de titãs!

O esforço para a oferta de educação que responda a esses desafios, entretanto, requer em primeiro lugar, a decisão política de enfrentamento do problema.

Em outra frente, exige uma lógica política intersetorial e transversal. Isso significa que o assunto universalização de uma educação de qualidade diz respeito a várias ações institucionais entre secretarias, entre os poderes federal, estadual e municipal e desses com a sociedade.

É imprescindível, de um lado, a articulação institucional a envolver segmentos públicos e privados: Secretarias de Estado (Educação, Cultura, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Ação Social etc.), Conselhos Estaduais de Educação, gestores da educação, instituições de ensino, empresas prestadoras de serviços, conselhos profissionais; e de outro lado, a articulação do projeto escolar com as demandas de desenvolvimento sócio-econômico local

e regional, especialmente com setores relacionados à capacitação tecnológica ligados ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais.

Nesse sentido, cabe ao poder público promover um ambiente favorável às parcerias e articulações centradas num só esforço: na integração econômica e social no âmbito local, cuja base é o investimento na educação, como pressuposto do desenvolvimento.

Nesse contexto, a oferta de educação formal deve integrar-se a diferentes formas: ao trabalho, à ciência e tecnologia, à educação ambiental, à cultura pela paz etc. Essa prerrogativa constitui, assim, estratégia para o desenvolvimento local e revela-se como uma tarefa a ser executada por meio de uma gestão compartilhada, articulada institucionalmente e em sintonia com as demandas dos jovens por educação, por trabalho e por capacitação tecnológica.



1.1- Eixos e Pilares Norteadores da Educação de Jovens

Uma das grandes questões da atualidade é a tentativa de apreensão dos vínculos entre educação, trabalho e tecnologia. A velocidade das inovações tecnológicas, pelo incremento da ciência nos meios produtivos, tem provocado modificações no mundo do trabalho e inúmeras dúvidas quanto à preparação para o trabalho.

Vivenciamos uma época de profundas transformações que tem levado à educação grandes desafios. Parte significativa desses vem da dificuldade de compreensão das relações que se estabelecem entre capitalismo, trabalho e educação.

Indaga-se se a força produtiva tem-se tornado descartável, se os atuais avanços tecnológicos têm dado nova qualificação para os jovens trabalhadores; ou se o trabalho vem exigindo novo perfil de escolaridade mais complexo etc.

Sempre que as sociedades entram em crise, o Poder Público é provocado a dar respostas. Hoje estamos no coração de uma fenomenal crise econômica e social que afeta quase todas as nações. Essa por sua vez pode significar um salto positivo rumo ao futuro, ou retrocesso ao caos: globalização da fome, da pobreza, do desemprego etc.

Nesse cenário, questiona-se qual oferta de educação seria capaz de preparar jovens para o mundo do trabalho. Demanda-se, além de uma escola capaz de qualificar para o trabalho, uma escola que também eduque para o respeito ao meio ambiente.

Os efeitos do desenvolvimento econômico passaram a exigir soluções por parte dos sistemas escolares: educação ambiental passou também a ser uma exigência do mundo contemporâneo, assim como uma escola que eduque para a paz.

Outro eixo exigido da educação refere-se à matriz relacional ou o respeito às minorias, à diversidade e às diferenças culturais. As mudanças que vêm ocorrendo no mundo não são só tecnológicas, mas principalmente, culturais.

A globalização dos mercados fez surgir uma força que conecta a todos, formando a comunidade dos humanos culturalmente diferentes. Não é possível, pois, ignorar a força que tem a educação no mundo globalizado nas trocas

culturais, mas este câmbio só será possível pelo respeito ao diferente. É preciso estar receptivo ao novo, ao desconhecido!

Novamente, o ponto chave para o desenvolvimento econômico, para o enfrentamento das desigualdades e até para a legitimação da democracia política é o acesso à escola. A escolarização passou a ser a mediação fundamental para a apreensão das diversas manifestações culturais como base de uma sólida formação capaz de promover também desenvolvimento cultural.

O importante não é mais acumular grande quantidade de informações, mas entendê-las e saber processá-las enquanto conhecimento. Cabe assim à educação, a tarefa de formar para a capacidade analítica, para a busca de informações que possam ser base de entendimento do mundo em que vivemos, e para a resolução de nossos problemas.

Esses eixos norteadores devem estar ancorados em pilares básicos para a educação (DELORS, 1998), os quais devem guiar os esforços das políticas públicas, como diretrizes de governo em ações sistêmicas e transversais no trato da questão da educação.

Uma educação de qualidade para os jovens cearenses deve ser guiada em quatro tipos de aprendizagem: **aprender a conhecer**: que indica o interesse e a abertura para o conhecimento e para novas manifestações culturais; **aprender a fazer**: aqui se estrutura a necessidade de sintonia com as atuais mudanças no mundo do trabalho ou servir de base para a formação do cidadão produtivo; **aprender a conviver**: refere-se à tolerância, ao respeito aos outros e ao meio ambiente, e remete à convivência pacífica com a diversidade: respeito às diferenças, às minorias, como caminho do entendimento e, finalmente, **aprender a ser**: ou ser o próprio sujeito do conhecimento, da história e, ao mesmo tempo, cidadão do mundo. Isso não se faz sem o acesso ilimitado à escola, enquanto decisão política.

O conjunto formado por esses quatro pilares, embora se apresentem como categorias separadas, denotando qualidades diferenciadas, deve orientar as políticas para a educação de jovens e deve ser interpretado como uma totalidade de ações visando à formação do cidadão produtivo e capacitado para o manuseio das tecnologias.

Relacionar temas com o contexto social do aluno, partir da pedagogia da pergunta; proporcionar relação dialógica com o estudante sobre o mundo em que vivemos, sobre os problemas do meio ambiente e sobre a questão da violência; envolver o estudante em processos de reflexão; favorecer vivências de auto-aprendizagem e de criticidade frente à cultura e preparar para o trabalho e para o acesso às tecnologias devem ser, assim, pressupostos ou os pilares da educação no mundo contemporâneo.

A efetivação das condições acima, na medida em que se leva em conta aspectos conjunturais e estruturais da atual configuração da sociedade capitalista de produção, constituem grande desafio das políticas para a juventude.

A oferta de educação, no mundo atual, também passa a exigir que os currículos escolares se apoiem no tripé trabalho/tecnologia, ciência e cultura (FRIGOTTO, 2004), enquanto eixos articuladores de qualquer proposta de formação. Também requer a incorporação de novas e diferenciadas experiências sócio-educativas ao sistema escolar.

Isto significa que a escola para a juventude deve contemplar variados contextos educativos relacionados ao trabalho, à ciência e à cultura, enquanto exigência de formação de sujeitos autônomos, capazes de produzir respostas aos problemas contemporâneos.

A oferta de educação com estas características irá demandar, de um lado, a conjugação de esforços do Poder Público para a efetivação de uma escola de qualidade por

intermédio da universalização da Educação Básica e de outro, uma política de formação de professores capacitados para absorverem conhecimentos científicos e tecnológicos, além da capacidade de apreensão de saberes que se colocam acessíveis em novos campos de estudos e pesquisas, fundamentais para o desenvolvimento humano.



2. PROBLEMAS DE JOVENS BRASILEIROS: EDUCAÇÃO E POBREZA

Conforme dados do Banco Mundial (2006), o Brasil tem o 12º. PIB (Produto Interno Bruto) e ocupa a 72 posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Essa preocupante posição vem principalmente, dos péssimos índices educacionais. Segundo, o mesmo estudo, existem em média, 4 milhões de crianças (entre 4 e 14 anos) e 2 milhões de jovens (entre 15 e 17 anos) fora da escola.

Ainda contamos com altas taxas de repetência e de evasão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Some-se a isso, a péssima avaliação da educação brasileira, segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que confirmaram que quanto maiores são as distorções série/idade, piores são os desempenhos escolares (MEC, 1999).

A contagem que o IBGE fez em 1996 mostrou que 42% de jovens entre 15 e 19 anos não freqüentam as escolas.

Desses, 46% declararam ter abandonado a escola antes mesmo de completar cinco anos nela. Este fato é gravíssimo, quando levamos em conta o problema de analfabetos funcionais¹

Mesmo com o estabelecimento do critério da promoção automática de uma série para outra, não melhoraram os desempenhos e os resultados da educação. Tudo leva a crer que se agravou ainda mais a situação, pois originou salas muito heterogêneas, com alunos em diferentes níveis de conhecimento, dificultando o trabalho do professor.

A reflexão sobre os problemas da educação brasileira, portanto, exige esforços integrados para a oferta de Educação Básica para todos de forma que contemple sólida formação geral e educação para o trabalho². Isso só será possível pela integração de esforços entre gestores de diversas instâncias (Secretarias: Educação, Educação Profissional, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Conselhos), além do envolvimento de vários gestores educacionais técnicos, de diversos níveis, na construção de uma proposta formativa que contemple múltiplas necessidades econômicas, culturais, sociais e que assegure a garantia de acesso ao direito, à educação, ao trabalho e às tecnologias.

A indicação acima também traz implícita a necessidade de articulação de esforços entre governo federal, estadual e municipal, assim como do Poder Legislativo com estas esferas.

¹ O analfabeto funcional é aquele que sabe identificar as letras e juntar sílabas, mas não consegue ler ou compreender uma frase ou um texto. Nesse particular, é importante consultar o Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar: Educação de Qualidade Começando pelo Começo, organizados pelo Dep. Ivo Gomes e professores Rui Aguiar e Márcia Campos, no ano de 2006. Trata-se de importante trabalho de pesquisa na investigação do analfabetismo funcional em Sobral.

² Ver Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394/96. Trata da educação profissional, entre suas determinações, das modalidades e formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio.

Outro grave problema a ser enfrentado refere-se aos níveis de pobreza da população jovem. Nesse particular, miséria é um termo de significado impreciso como a maioria dos termos que se referem às camadas menos favorecidas da sociedade.

Essa questão, entretanto, remete também, à necessidade de acesso à educação, conseqüentemente, uma das ações políticas para a juventude deve ser o combate à pobreza, por meio do acesso universal e de qualidade à educação.

A palavra "Pobreza" ou "Miséria" ou "Indigência" suscitam diversos significados, às vezes de cunho subjetivo, pois em geral, cada um percebe a miséria segundo sua experiência pessoal.

Contudo, para efeito estatístico, estudiosos conseguiram estabelecer alguns parâmetros para definir a miséria. Um deles é a linha da pobreza, abaixo da qual estão as pessoas cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida: alimentação, moradia, renda etc. Isto num cenário em que o poder público a rigor oferece educação e saúde.

Nesta perspectiva, a pobreza no Brasil abrangeria dois grandes contingentes: cerca de 30 milhões de pessoas vivendo em extrema dificuldade e em torno de 23 milhões vivendo em situação inaceitável à manutenção da vida (IPEA, 2002).

No nosso país, a miséria pode ser considerada um paradoxo, pois o Brasil é um dos países mais ricos do planeta com maior número de pessoas vivendo na pobreza. Esta constatação foi feita pelo Instituto de Estudos Econômicos Aplicados (Ipea) no ano de 2002.

Este estudo também evidenciou que, em números absolutos, o montante de desamparados, incapazes de sair de sua situação sem ajuda aumentou: eram 18 milhões há um quarto de século e são cerca de 23 milhões hoje.

Tal situação agrava-se ainda mais quando o assunto é a pobreza na Região Nordeste do país. Conforme dados do PNAD/2005, o Ceará registra a sexta maior proporção de pobres entre as 27 unidades da federação, perdendo apenas para Alagoas, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia. Em números reais, em linha de indigência em nosso Estado encontram-se em torno de 2.287.855 (PNAD, 2005) de cearenses ou em torno de 29, 45% da população total.

Esses dados alarmantes se impõem como prioridade para uma política para a juventude. Nesse quesito, o acesso universal à educação é a primeira medida a ser efetivada no combate à pobreza.



3. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)³: PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS DOS JOVENS BRASILEIROS

O Plano de Desenvolvimento da Educação envolve medidas para todas as etapas da educação. A principal delas refere-se à concentração de esforços para a universalização da Educação Básica de qualidade como direito inalienável de todo cidadão brasileiro.

³ Ver Anexo: Principais Pontos do PDE

A prioridade é a Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Para tal, serão implantadas medidas como:

- **Provinha Brasil:** trata da avaliação de alunos de cinco a oito anos para aferição da alfabetização;

- **Brasil Alfabetizado:** alfabetização de jovens e adultos feita, prioritariamente, por professores das redes públicas de ensino;

- **Piso Salarial:** fixa valor mínimo de remuneração de professores da rede pública. A meta é alcançar R\$ 850, 00 até o ano de 2010;

- **Transporte escolar:** crédito do BNDES de 600 milhões para renovar a frota de transporte e compra de veículos, inclusive, barcos;

- **Olimpíada de Português:** competição com cerca de 7 milhões de alunos de 80 mil escolas para estimular o domínio da língua;

- **Informatização:** investimento de 650 milhões para informatizar 130 mil escolas de Educação Básica;

- **Cidades-Polos:** serão criadas 150 escolas federais em quatro anos;

- **Luz para Todos:** As escolas terão prioridade no programa Luz para Todos do Ministério das Minas e Energia, programado o início para 2009.

Contudo, entre estas medidas, uma das mais importantes, refere-se à criação do **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** e o apoio técnico e financeiro aos municípios com indicadores educacionais baixos.

O Ideb, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) levará em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar. O Brasil, numa escala de zero a dez, tem uma média

de quatro pontos. A meta é chegar à nota seis⁴ do Ideb, nos próximos 15 anos.

Para atender a cerca de 1000 municípios com baixo Ideb, o MEC vai investir R\$ 1 bilhão ainda este ano. Na mesma direção, apoio técnico e financeiro, através de convênios, para estabelecer nova identidade ao Ensino Médio, sobretudo, quanto à necessidade de articulação, neste nível de ensino, entre sólida formação geral e educação profissional, enquanto etapa primordial de consolidação de uma Educação Básica de **qualidade**.

Todas essas medidas colocam a educação como objeto prioritário das políticas públicas e os jovens como segmento social de elevada importância para o desenvolvimento econômico-social do país.



⁴ A fixação desta média considerou a avaliação obtida pelos países desenvolvidos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

3.1 Educação, Ciência e Tecnologia: Prioridade Estadual das Políticas para Jovens

Nas diretrizes de uma política para a juventude, o Estado do Ceará coloca à educação a tarefa de promover o acolhimento das diferenças, implantar uma cultura para a paz e legitimar novos valores para a vida em sociedade, além de promover a integração de jovens ao processo produtivo.

Nesse particular, o acesso à Educação Básica e à educação profissional, científica e tecnológica é ação fundamental para uma Política Estadual da Juventude.

Assim, o governo estadual pretende efetivar uma política para a Educação Básica como estratégia para o desenvolvimento, para a inclusão e como instrumento de cidadania.

Pretende-se, dessa forma, a conjugação de esforços entre os entes federativos e na gestão do próprio sistema de ensino para propiciar uma educação que, além da aprendizagem de competências e habilidades de caráter geral, forme para o mundo do trabalho, para a capacitação tecnológica e para o exercício da cidadania plena.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

POR UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO JOVEM CIDADÃO: PRESSUPOSTO DA INCLUSÃO SOCIAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.o. 9.394/1996) define como um dos fins da educação, assegurar o exercício para a cidadania e fornecer meios para a progressão no trabalho e para estudos posteriores.

Nessa direção, cabe à educação a tarefa de preparar para autonomia, concebida como condição de acesso à cultura e aos conhecimentos construídos socialmente. Portanto, saber ser, saber-fazer e aprender a aprender não se exercitam sem múltiplas possibilidades de acesso à educação.

Assim, o alcance irrestrito à Educação Básica deve ser ação prioritária das políticas públicas para a juventude, pois a escola favorece o exercício da cidadania plena. Isso implica também a garantia do direito de acesso aos conhecimentos socialmente construídos, sobre uma base educativa que sintetize cultura, tecnologia e informações (RAMOS, 2004)

Esse entendimento da educação como prioridade das políticas públicas para a juventude vem da compreensão de que no mundo contemporâneo, a escola se faz mediação importantíssima para a aprendizagem de valores, para o respeito às diferenças, ao meio ambiente e de preparação para o mundo do trabalho. Todas essas condições fundamentais para o combate à pobreza e pressupostos do desenvolvimento econômico-social, portanto da inclusão social.

A oferta universal de uma educação de qualidade é potencialmente capaz de desenvolver o espírito crítico, a capacidade de reflexão, a autonomia e a tomada de posição (UNESCO, 1999). Portanto, bases para o exercício da cidadania plena, segundo princípios da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (Lei 9.394/96) e da própria Constituição Federal.



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, Marcos. **GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL:** repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Rio de Janeiro, PACS, 1997.

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **GLOBALIZAÇÃO:** desafios sócioeconômicos, éticos e educativos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: 1996.

CEARÁ. **Diretrizes para o Plano de Governo (Ceará: Coligação Vota Para Crescer – 2007-2010).** Ceará: 2006.

CEARÁ. Assembléia Legislativa do Estado. **Relatório Final do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo: Educação de Qualidade Começando pelo Começo.** Rui Aguiar; dep. Ivo Gomes; Márcia Campos (orgs). Fortaleza: Assembléia Legislativa do Ceará, 2006.

DELORS, Jacques et al. Educação – um tesouro a descobrir. In: **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.) **A Formação do Cidadão Produtivo-** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep/MEC, 2006.

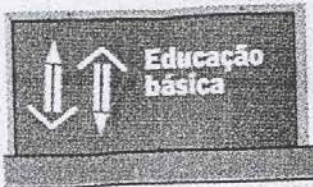
RAMOS, Marise N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M (orgs.) Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Educação e Questões da Atualidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO da SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: [www. Brasil.gov.br/emquestão](http://www.Brasil.gov.br/emquestão). Acesso em 25/05/07.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Os principais pontos



Metas

- Os sistemas municipal e estadual terão metas de qualidade para atingir. Cada um receberá uma nota de 0 a 10 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo é que o Brasil tenha nota 6 em 2022

- A partir dos resultados dessa avaliação, o MEC vai dar apoio técnico e/ou financeiro aos municípios com os piores resultados

Avaliação

- A Provinha Brasil vai verificar a alfabetização no sistema público de ensino de crianças entre 6 e 8 anos

- A Olimpíada de Língua Portuguesa deve contribuir para que os alunos aprendam a ler e escrever melhor

Professores

- O piso salarial nacional dos professores deverá ser definido por projeto de lei e deve ser fixado em R\$ 850,00, progressivamente

- A Universidade Aberta do Brasil (UAB) oferecerá formação continuada à distância, principalmente aos professores que ainda não têm graduação

Outras propostas

- Tecnologias educacionais para melhorar a educação básica serão tornadas públicas

- O governo federal pretende isentar de impostos todos os veículos usados para o transporte escolar. O BNDES criará uma linha de financiamento

- Todas as escolas terão energia elétrica e computadores

- Ações de diversos ministérios serão integradas para fazer com que os alunos tenham atividades também no contraturno escolar, ampliando seu horário de aprendizado

- Alunos e professores serão atendidos pelo programa Saúde da Família

- Crianças com dificuldades visuais receberão óculos



- Governo federal vai investir, até 2010, R\$ 800 milhões na construção de creches e escolas públicas

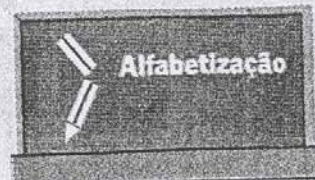


- Serão inauguradas 150 escolas técnicas em cidades-pólo do País, nos próximos quatro anos

- Os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) serão criados para reorganizar o modelo da Rede Federal de

Educação Profissional e Tecnológica e integrar esse sistema de ensino. Serão instituições de educação superior, básica e profissional

- Os programas de estágio terão novas regras, com o objetivo de combater o uso de mão-de-obra barata



- A alfabetização de jovens e adultos será, prioritariamente, feita por professores das redes públicas, no contraturno de sua atividade



- Programa pretende ampliar o acesso ao ensino superior. A meta é dobrar o número de estudantes de graduação, em dez anos, a partir do aumento da relação professor/aluno e da contratação de mais docentes

- Um banco de docentes simplificará o processo de contratação dos professores nas universidades públicas federais

- Doutores terão apoio do governo para continuar no Brasil



Mesa Diretora 2007 – 2008

Dep. Domingos Filho
Presidente

Dep. Gony Arruda
1º Vice - Presidente

Dep. Francisco Caminha
2º Vice - Presidente

Dep. José Albuquerque
1º Secretário

Dep. Fernando Hugo
2º Secretário

Dep. Hermínio Resende
3º Secretário

Dep. Osmar Baquit
4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente

Antonio Nóbrega Filho

Gráfica do INESP

Equipe Gráfica: Ernandes do Carmo, Francisco de Moura
Hadson Barros

Diagramação: Mário Giffoni

Av. Desembargador Moreira 2807

Dionísio Torres Fortaleza Ceará.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: 3277-3705

Fax: (0xx85) 3277-3707



home page: www.al.ce.gov.br

e-mail: epovo@al.ce.gov.br

home page: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br



POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA⁵

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, ***EU ME COMPROMETO*** - em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

⁵ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência.

Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembléia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.

METAS DO MILÊNIO



Em 2000, as "8 Metas do Milênio" foram aprovadas por 191 países da ONU, em Nova Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiverem presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os 8 objetivos, especificados, até 2015.